

Correio Braziliense - BRASILIA-DF

CM/Coluna: - CM2: Audiência: 143225

O Brasil necessita, urgentemente, de uma política pública direcionada para o financiamento da educação superior. Nos últimos anos, a sociedade brasileira conviveu com uma expressiva diminuição dos programas de financiamento estudantil do governo, e essa situação dificulta ao pais alterar, no futuro próximo ou distante, seu atual quadro de dificuldades, uma vez que a educação superior é um investimento em capital humano que oferece retorno em termos de produtividade da economia. Os números mostram, claramente, o tamanho da redução. O total de vagas oferecidas pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) caiu de 875 mil, em 2013, para apenas 93 mil em 2021. A queda do número de bolsas concedidas pelo Prouni também foi significativa: as 252 mil bolsas de 2015 foram reduzidas para 166 mil em 2020. Desse modo, com um índice de apenas 18,1% de taxa de escolarização liquida, o Brasil se mantém longe da meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação de um terço de matriculas da população de 18 a 24 anos na educação superior até 2024. Esse quadro é reflexo, não apenas de um acentuado esgotamento fiscal por parte do Estado brasileiro, mas, principalmente, da falta de uma visão mais ob-jetiva em relação à solução capaz de garantir o acesso da população brasileira, jovem e adulta, às instituições e às carreiras do ensino superior, e, especialmente, das camadas menos favorecidas. No entanto, essa solução existe! Um sistema de crédito educacional atrelado à renda futura do estudante, a exemplo do que vem sendo feito, desde 1989, pela Austrália. A adoção dessa modalidade de crédito pressupõe que o governo entenda o financiamento estudantil não como um programa de oferta de bolsas não reembolsáveis, mas como um investimento que não tem



Correio Braziliense - BRASILIA-DF

CM/Coluna: - CM2: Audiência: 143225

impacto sobre os gastos governamentais e não gera desequilíbrio para as contas públicas, uma vez que o recurso alocado provocará apenas um momentâneo desencaixe de uma verba que será reposta ao final do processo. Esse modelo de financiamento estudantil, muito mais justo em termos sociais, estabelece condições de amortização em que as pessoas mais bem-sucedidas no mercado de trabalho pagam mais rapidamente a sua dívida, ao contrário das pessoas que forem menos bem-sucedidas. Os alunos quitam as parcelas de maneira proporcional aos rendimentos que apresentem. Se ficarem desempregados ou sem renda, não precisam pagar naquele período, sem que tenham seus nomes negativados. É preciso considerar que, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 90% dos alunos do ensino superior privado, segmento que oferece 75% das matriculas académicas no país, pertencem às classes C, D e E. E são esses alunos que dependem de financiamento para conseguir estudar, porque o acesso à universidade pública é extremamente restrito, e mesmo a adoção do sistema de cotas não contempla as demandas dos jovens pertencentes a essas classes. Com a adoção de um sistema sustentável de empréstimos condicionados à renda, auditado pela Receita Federal, se um aluno não conseguir pagar o curso superior, ele solicitará ao governo o crédito para pagar essa dívida no futuro. E, quando se formar, se não conseguir atingir um limite mínimo de renda para cobertura das suas necessidades básicas, ele não pagará nada. Quando receber uma renda factível, o aluno passará a ser descontado gradualmente, e a quitação das parcelas da dívida ajudará a recompor os recursos do sistema e,



Correio Braziliense - BRASILIA-DF

CM/Coluna: - CM2: Audiência: 143225

assim, beneficiar outros estudantes que receberão o financiamento. Na Austrália, esse modelo de financiamento consegue efetivamente aumentar o acesso dos alunos de baixa renda à educação superior. Menos de 10% deles não conseguem pagar a dívida do empréstimo estudantil, e a maioria dos graduados que obtém um emprego depois de se formar (72%) chega ao limite de renda estabelecido. Nunca foi tão necessário o estabelecimento de uma política pública para o Brasil expandir as oportunidades de inclusão e equidade social no ensino superior. Mas, para isso, o financiamento da educação superior não deve ser visto apenas sob o aspecto da gestão financeira, nem ser resolvido por meio de propostas de anistia, como a da Medida Provisória que começará a tramitar no Congresso Nacional. Precisamos de uma política pública que seja efetiva, para permitir que a população brasileira receba a formação e a capacitação necessárias para ampliar o seu potencial produtivo e, dessa forma, colaborar para o tão almejado desenvolvimento económico e social do país.



Correio Braziliense - BRASILIA-DF

CM/Coluna: - CM2: Audiência: 143225

Existe uma solução para o financiamento estudantil

» LUCIA TEIXEIRA Presidente do Semesp, entidade que representa

Brasil necessita, urgentemento, de uma politica pública direcionada para o financiamento da educação superior. Nos últimos anos, a sociedade brasileira conviveu com uma expressiva diminuição dos programas de financiamento estudarili do governo, e essa situação dificula ao pisa alterar, no futura situação dificulados, uma vez que a educação su petor é um investimento em capital humano que oferece retorno em termos de produtividade da economia.

Os números mostram, claramente, o tamanho da redução. O total de vagas ofercidas pelo Fundo de Financiamento Estumil (Fleris quid de Financiamento Estumil (Fleris quid de Formil, em 2013, para de bolass concedidas pelo Prount também fois significativa « 252 mil bolass de 2015 foram reduzidas para 168 mil em 2020. Dese modo, com um indice de apensas 18,1% de trato de escularização liquidas, o firsalis es modo, com um finicio ed apensas 18,1% de trato de escularização liquidas, o firsalis estados para de actual de propulação de 18 a 24 amos na educação superior até 2024.

Esse quadro é reflexo, não apenas de um acentuado espotamento fiscal por parte do Estado brasileiro, mas, principalmente, da falta de uma visioa mobajetiva em relação à solução capaz de garantiro acesso da população brasileira, jovem e adulta, às instituições e às carreiras do ensinos superior, e, especialmente, das camadas memos favorecidas. No entante, to composible de camadas memos favorecidas. No entante do estudiante, a exemplo do que vem sendo fetto, desde 1989, pela Austrália.

A adoção dessa modalídade de crédite pressupõe que governo entenda o financiamento estudantil não como um programa de oferta de bolsas não reuse serviciamento de la como de la como sobre os gastos governamentais e não gera desequilhor para as contas publicas, uma vez que o recurso alocado provocará apenas um momendiareo desencaixe de uma verba que ser reposta ao final do processo.

Esse modelo de financiamento estudanti, muito mais justo en termos sociais, estabelece condições de amortização em que as pessoas mais bem-sucedidas no maiordo de trabalho pagam mais rapidamente i a sua divida, a contrário das pessoas que forem menos bem-sucedidas. Os alunos quitam as parcelas de maneira proporcional aos rendimentos que apresentem. Se ficarem desempergados ou sem rendo prociem desempergados ou sem rendo proteiram pagar naquele período, sem que tenham seus nomes negativados.

É preciso considerar que, de acordo com dados da l'esquis Nacional por Amostra de Domicilios (Pand do Instituto Brasilerio Goggafia e Batalistica (IBGE), mais de Goggafia e Batalistica (IBGE), mais de mento que oferez - 75% das matriculas sea emeto que oferez - 75% das matriculas sea emeto que oferez - 75% das matriculas sea el E. Esón esses alunos que dependem de la maciamento para conseguir estudar, por que o acesso à universidade pública e extremamente restrito, e mesmo a adocado do sistema de cotas não contempla as deman das dos jovens petracentes a essesa classes das dos jovens petracentes a essesa classes das contratos de contra

us on protect per une sur senses usases we'de empristimos condicionados à ren da, auditado pela Recetia Federal, se un aluno não conseguir pagar o curso sispealmo não conseguir atagir e un pagar essa divida no futuro. E, quande se formar, se não conseguir atagir um limite minimo de renda para cobertura des formas, e não conseguir atagir um limite minimo de renda para cobertura de se formar, se não conseguir atagir um limite minimo de renda para cobertura de nadas. Quando roceber uma renda factive o aluno passará a ser descontado gradualadad, quando roceber uma renda factive o aluno passará a ser descontado gradualgidada a recompor os recursos do sistema procedera de comportos estados de receberacio financiamento.

receberao o financiamento.

Na Austrália, esser modelo de financiamento consegue efetivamente aumentar o acesso dos alunos de baixa renda à educação superior. Menos de 10% deles não conseguem pagar a divida do empréstimo estudantil, e a maioria dos graduados que obtém um emprego depois de se formar (72%)

Nunra foi tão necessário o estabelecimento deuma politica pablica para o firmsil expandir as oportunidades de inclusão e equidade social no enson susperior. Naspara loss, o financiamento da edização aspecto da gestió financeira, ema erresolvádo por meio de propostas de anistia, como a da Medida Provisticia que consequrá a tarmitar no Congresso Nacional. Preedevise, pura permitir que a população hava estable de como de como de como de como de como sileira receba a formação e a capacitação necessárias para amplira o sea potenção produtivo e, dessa forma, colaborar para o to al anigação desenvolvemente cocal-